

Estudo comparado sobre a implementação do ensino secundário público em dois estados brasileiros entre 1930 e 1970

Fernando Vendrame Menezes¹

RESUMO

Este texto apresenta um estudo comparado sobre a implementação do ensino secundário público em dois estados brasileiros, Mato Grosso e Minas Gerais, entre os anos de 1930 e 1970. O marco temporal justifica-se porque foi a partir de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, que se instituiu uma política centralizada e centralizadora visando à expansão da escola pública no país. Argumenta-se que questões relacionadas à situação política e econômica de cada um desses estados podem ter contribuído para que, apesar da centralidade desse processo (por meio das reformas educativas do Ministério da Educação e Saúde Pública) em cada um deles o estabelecimento do ensino público seguisse caminhos singulares. A partir da seleção e análise de produções acadêmicas (teses e dissertações) que versam sobre o ensino secundário, elaboradas em programas de pós-graduação em Educação de universidades destes dois estados, buscou-se os indícios de como estes fatores políticos podem ter atuado na expansão da escolarização secundária pública nos respectivos estados.

Palavras-chave: Ensino secundário; Estudos comparados; Minas Gerais e sul de Mato Grosso.

Comparative study on the implementation of public secondary education in two Brazilian states between 1930 and 1970

ABSTRACT

This text presents a comparative study on the implementation of public secondary education in two Brazilian states, Mato Grosso and Minas Gerais, between the years 1930 and 1970. The time frame is justified because it was from 1930, with the rise of Getúlio Vargas to the federal government, which establishes a centralized and centralizing policy aimed at expanding the public school in the country. It is argued that issues related to the political and economic situation of each of these states may have contributed to the fact that, despite the centrality of this process, from the educational reforms of the Ministry of Education and Public Health, in each of them the establishment of public education followed singular paths. From the selection and analysis of academic productions (theses and dissertations) that deal with secondary education, elaborated in graduate programs in Education of universities of these two states, we sought the indications of how these political factors may have acted in the Expansion of public secondary schooling in the respective states.

Keywords: Secondary education; Comparative studies; Minas Gerais and south of Mato Grosso.

¹ Professor da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS e acadêmico do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar algumas considerações parciais de um estudo comparado sobre a implementação do sistema público de ensino secundário em dois estados brasileiros, Mato Grosso e Minas Gerais, entre os anos de 1930 e 1970. Mais especificamente, no que se refere ao estado de Mato Grosso, pretende-se focalizar a parte sul do seu território, que a partir de 1977 passou a constituir o estado de Mato Grosso do Sul.

Ao se propor um estudo comparado sobre a implementação do ensino secundário público em Minas Gerais e sul de Mato Grosso busca-se entender alguns dos fatores que contribuíram para que a expansão dessa modalidade de ensino nesses dois estados, no período indicado, ocorresse de forma distinta. Ao mesmo tempo, o estudo busca as possibilidades e limites da utilização dos estudos comparados como método de pesquisa em História da Educação.

O estudo proposto situa-se no campo das pesquisas que utilizam a comparação como método. Desde meados do século XIX, com a consolidação dos estados nacionais e a conseqüente expansão dos seus sistemas de ensino, sobretudo na Europa, a comparação apresenta-se como ferramenta capaz de conferir visibilidade e inteligibilidade a fenômenos educativos que caracterizam essa expansão. Nesse período, a comparação acontece entre sistemas de países distintos, visando a busca de indicadores que subsidiassem a implementação do sistema de ensino mais adequado ao projeto político dos estados nacionais então em momento de consolidação. Desde aquele período até os dias atuais, a utilização dos estudos comparados em educação não se pautou por uma homogeneidade de métodos e procedimentos, sendo constantes os debates epistemológicos e revisões conceituais acerca do trabalho comparativo em educação (NÓVOA, 2009).

A Educação Comparada vem sendo considerada, desde aquele período, grosso modo, como ferramenta de análise entre sistemas de ensino nacionais, ou seja, sua característica primordial são análises (inter)nacionais. O que se busca refletir aqui é sobre a possibilidade de se empregar a comparação no contexto de um mesmo país, tomando um mesmo sistema de ensino e buscando semelhanças e diferenças nesse mesmo sistema, tomando como referência as questões regionais, nos seus aspectos políticos, econômicos, culturais e/ou sociais.

Luiz Roberto Pecoits Targa (1991) aponta, no texto *Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional*, alguns elementos que lançam luz sobre as possibilidades e as justificativas de se propor a comparação entre regiões territoriais dentro de um mesmo país. Conforme o autor:

- dentro de um país, uma região só pode existir, e, portanto, ser tratada como tal, se ela se particularizar em um elenco de questões, tais como: sua economia, sua sociedade, sua cultura, sua formação histórica; em suma, uma região só existe se ela se diferenciar de outras;
- a análise de uma região tratada no seu isolamento e no seu "absoluto" carece de sentido; uma análise de desenvolvimento regional só consegue explicitar as peculiaridades desse desenvolvimento desde um ponto de vista comparativo; essa comparação deve ser realizada com, pelo menos, uma outra região do país;
- ao diferenciarem-se, as regiões de um país hierarquizam-se desde pontos de vista diversos, tais como o político e o econômico, separando-se em "centrais" e "periféricas"; a escolha de "outra" região para a realização da análise comparativa, se uma região "central" ou uma "periférica", depende da natureza dos temas que serão investigados;
- a comparação entre uma região e o todo "nacional" carece de precisão, embora seja um passo analítico de extrema importância; (TARGA, 1991, pp.265-266)

Embora o texto de Targa trate de propor um estudo sobre as alterações na divisão territorial do trabalho no Brasil, as proposições apresentadas pelo autor são pertinentes aos objetivos pretendidos

pelo trabalho aqui exposto, na direção de se entender que a “unidade nacional” é na verdade um complexo heterogêneo de características regionais singulares.

Uma primeira constatação a ser feita é a respeito da pretensão temporal remeter ao período situado entre os anos de 1930 e 1970. É nesse momento histórico que o ensino secundário público adquire um caráter nacional, ou seja, com a instalação do governo de Getúlio Vargas, em 1930, inicia-se uma nova fase em diferentes instâncias da sociedade brasileira. Transformações políticas, econômicas e socioculturais são almejadas para fazer o Brasil ingressar no modelo de desenvolvimento urbano-industrial característico daquela fase histórica do capitalismo.

Nesse contexto, a educação escolar passa a ser vista como instrumento para forjar um cidadão adequado aos preceitos nacionalistas, de formação adequada ao trabalho industrial, pautado por valores morais e cívicos de exaltação à pátria, que elevariam o país à condição de nação desenvolvida. As reformas do ensino promovidas a partir de 1930, grosso modo, como a Reforma Francisco Campos (1931), a Reforma Capanema (1942) e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/4024/61, buscaram conferir um sentido centralizado e centralizador das políticas educacionais a serem implementadas a partir de então. O governo federal buscava assim garantir o controle dos rumos da educação nacional na direção dos interesses e objetivos pretendidos para a sociedade brasileira².

A hipótese aventada nesse estudo, e também a chave de comparação, é a de que imperativos relacionados a questões político-econômicas locais imprimiram um ritmo diferenciado à forma como o ensino secundário público se expandiu em cada um dos estados aqui abordados, pois cada um deles produziu (apesar das legislações nacionais) legislações próprias para tratar da questão desse processo de expansão, versando sobre questões como financiamento da educação e a abertura de instituições escolares.

No intuito de se verificar a possibilidade de tal hipótese, o estudo buscou, selecionou e analisou produções acadêmicas (teses e dissertações) desenvolvidas nos programas de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG e da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. A análise destas produções consistiu em buscar indícios das questões políticas que marcaram a expansão do ensino secundário nos respectivos estados. Além da análise destas produções foram consultados outros referenciais bibliográficos, como livros, capítulos de livros, artigos e outras produções acadêmicas que pudessem ampliar as discussões do estudo.

O texto será apresentado da seguinte forma: as características do ensino secundário no sul de Mato Grosso; as características do ensino secundário em Minas Gerais e, por fim, algumas considerações parciais sobre a hipótese chave para a comparação do estudo.

1. O ensino secundário em mato grosso (1930 – 1970)

Foram selecionadas para esta etapa do estudo duas dissertações de mestrado e uma tese de doutoramento que apresentam uma delimitação sobre o ensino secundário em Mato Grosso e apontam algumas implicações das questões políticas envolvidas nesse processo. As dissertações de Oliveira (2009) e Menezes (2012) versam sobre as especificidades de determinadas disciplinas escolares (Francês e História, respectivamente) no contexto de uma instituição secundária que se insere nesse processo de expansão acima mencionado. A tese de Oliveira (2014) aborda a implantação e organização do curso ginásial no sul de Mato Grosso entre 1917 e 1942 como um projeto de modernização civilizadora. As duas dissertações e a tese aqui referidas usam como parte

² Sobre a Reforma Francisco Campos (1931), a Reforma Capanema (1942) e a LDB 4024/61 ver SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX:** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

de sua bibliografia e como aporte para suas análises sobre o ensino secundário em Mato Grosso a tese de Brito (2001), portanto, esse estudo também constituirá base para este estudo.

Brito (2001), analisa, em sua tese de doutoramento, a organização e desenvolvimento da educação pública e privada na fronteira Oeste do Brasil (mais especificamente na região de Corumbá), entre os anos de 1930 e 1954, relacionando-o com o desenvolvimento da sociedade capitalista daquele momento. Apesar de ser um estudo amplo e denso, vale-se, neste contexto, das análises que a autora faz da constituição do ensino médio (secundário, normal e comercial) no estado de Mato Grosso, neste período.

Não se pode entender os contornos adquiridos pelo ensino secundário no estado de Mato Grosso entre os anos de 1930 e 1971 sem associá-lo, primeiro aos marcos regulatórios nacionais para esta modalidade, bem como às características da história nacional deste momento, conforme vimos anteriormente, e, segundo aos aspectos singulares da história do estado.

Oliveira (2014) aponta que, apesar de suas especificidades regionais, Mato Grosso observou na passagem do século XIX para o século XX um processo de modernização civilizadora que entendia o avanço da educação escolar como necessária para inscrever o estado no modelo de desenvolvimento pretendido para aquele momento da história. Contudo, a autora indica que em função das disputas políticas entre as porções norte e sul do estado, caracterizada pela polarização econômica e pelo anseio de emancipação do sul em relação ao norte, onde se localizava a capital Cuiabá, havia uma maior concentração dos investimentos, inclusive na educação escolar, na parte norte do estado.

Conforme indica a leitura de Marcílio (1963) e Brito (2001), a expansão do ensino secundário no estado intensificou-se a partir da década de 1930, seguindo a tendência nacional de difundir a educação como instrumento de desenvolvimento do progresso e da inculcação de novos valores, como o civismo e o patriotismo. Brito (2001) diz que “pode-se demarcar o ano de 1937 como aquele em que começou a delinear-se o contorno que o ensino médio público [em Mato Grosso] assumiria nos anos vindouros” (p.77).

Esta autora observa que o ensino médio, em todas as suas modalidades (secundário, comercial e normal) contava com uma rede de estabelecimentos bastante restrita nos anos que compreendem entre 1930 e 1945, estando as escolas concentradas nas cidades de Cuiabá (capital do estado), Campo Grande e Corumbá. Nesse período, novas escolas vieram a se somar ao Liceu Cuiabano, primeiro, e durante muito tempo, único estabelecimento de ensino secundário do estado. Entre estas novas escolas estão o Ginásio Municipal Maria Leite, em Corumbá, encampado pelo governo estadual em 1937, e o Liceu Campograndense, criado em 1938. (BRITO, 2001, p.75-76)

Seguindo as diretrizes nacionais, os estabelecimentos de ensino secundário em Mato Grosso foram alvo de dois conjuntos de reformulações: o primeiro por meio dos Decretos n.441, de 14 de maio de 1935 e n.133, de 21 de janeiro de 1938 que visavam atender as determinações da Reforma Francisco Campos; o segundo conjunto veio por meio dos Decretos n.100, de 27 de maio de 1942 e n.143, de 10 de março de 1943, que buscavam adequações à Reforma Capanema e versavam, basicamente sobre a denominação a ser adotada pelas escolas secundárias. (BRITO, 2001, p.76)

Conforme aponta a autora, apenas a escola pública primária, neste período, era contemplada com a gratuidade do ensino. Os estudantes secundaristas, apesar de estudarem em estabelecimentos públicos, precisavam pagar matrículas, mensalidades para garantir a frequência, inscrição por matéria no exame final, certificado de exame, entre outros. Com isso, o ingresso e permanência no ensino secundário exigia um certo dispêndio de recursos monetários, que por sua vez inviabilizava o acesso de parte considerável da população a este nível de escolaridade (BRITO, 2001, p.78-79), reforçando assim, o caráter seletivo e elitista do ensino secundário naquele período.

Cabe ressaltar que a cobrança pelos serviços prestados nas escolas públicas de ensino secundário não era exclusividade do estado de Mato Grosso, já que as próprias legislações gerais para esta modalidade não vedavam efetivamente a cobrança de taxas aos estudantes (por exemplo, no artigo

25, alínea c, do Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931). Brito (2001, p.79) destaca que o governo estadual tentou medidas paliativas diante desta questão, como a isenção de taxas de matrículas para filhos de operários, contudo, sem grandes impactos para a maioria dos estudantes oriundos destas camadas sociais.

Quando observa o número de matrículas registradas no período entre 1930 e 1945, Brito (2001, p. 79 a 81) aponta que no ensino de grau médio (secundário, normal e comercial) houve aumento em todos os anos, comparativamente ao ensino primário. Contudo, o número de escolas públicas para o ensino médio não aumentou nesse período, o que induz a entender que a rede privada de ensino, secundário especificamente, foi a grande beneficiária deste crescimento.

A partir de 1947, com a edição da Constituição Estadual, a relação entre o ensino secundário público e o ensino secundário privado tornou-se mais íntima, já que por esta Constituição era facultado ao poder público cobrar mensalidades no ensino de grau médio. Aos alunos que comprovassem carência financeira seriam concedidas bolsas de manutenção. Com isso Brito anota que

o governo estadual não só manteve a prática da cobrança de mensalidades em seus estabelecimentos de ensino, mas também financiou parte da expansão do ensino médio privado, uma vez que subsidiou a construção e manutenção destas escolas, de forma direta, [...] ou de forma indireta, mantendo alunos bolsistas nas instituições particulares. (BRITO, 2001, p.174)

Com isso, o ensino secundário alcançou uma expansão de 101,4% em suas matrículas entre os anos de 1946 e 1954 (BRITO, 2001, p.174).

Embora este número pareça expressivo, a própria autora indica que o governo estadual não conseguiu atingir a meta prevista na Constituição Estadual de 1947 de criar um estabelecimento de ensino secundário nas cidades com população superior a 10 mil habitantes (BRITO, 2001, p168). Nesse sentido, o ensino secundário público em Mato Grosso permaneceu concentrado em cidades de maior relevância no setor econômico do estado e restrito a estudantes oriundos de frações de classes financeiramente mais favorecidas.

Em forma de síntese, o relato de Humberto Marcílio sobre o documento final do 1º Congresso Matogrossense de Educação e Saúde, realizado em 1963, oferece um panorama geral da situação do ensino público no Estado naquele momento (e da forma como fora tratado até então). Diz o autor que ao final deste evento foram redigidas as seguintes recomendações ao poder público estadual:

[...]

f) O desenvolvimento do sistema educacional, procurando dar uma efetiva assistência às comunas, observando-se os preceitos legais, e fiel ao princípio de descentralização do Ensino, já consagrado pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

g) O afastamento das interferências político-partidárias nos setores do Ensino e Saúde;

h) A substituição da improvisação administrativa pelo planejamento racional, no setor da Educação; [...] (MARCÍLIO, 1963, p.213)

Conforme sugere a leitura de Marcílio (1963) e de Brito (2001), a educação pública em Mato Grosso, particularmente o ensino secundário, entre as décadas de 1930 e 1960, apesar de buscar seguir as determinações nacionais para este setor, complementando-se com leis e decretos estaduais, e de exibir números que sugerem evolução quanto ao número de alunos matriculados e de estabelecimentos oficiais de ensino, mostra o poder público estadual sempre tímido em relação às iniciativas que efetivamente pudessem expandir o ensino secundário no estado, tratando os assuntos da educação mais de acordo com as suas conveniências políticas. Pode-se inferir que esse

tratamento político das questões educacionais também se refletia na expansão do ensino secundário público na parte sul de Mato Grosso, pois em função das querelas políticas entre norte e sul interferia no atendimento às necessidades educacionais daqueles que habitavam a parte sul do território do estado.

2. O ensino secundário em minas gerais (1930 – 1970)

Esta etapa do texto visa apontar como os determinantes políticos atuaram na expansão do ensino secundário público em Minas Gerais entre 1930 e 1970. Para tanto, valeu-se da análise das produções acadêmicas que tiveram como foco o ensino secundário mineiro neste período.

Um dos limites que restringiu as análises nesse momento refere-se à temporalidade abordada pelas produções. A maioria delas detém-se ao ensino secundário mineiro no período relativo ao século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, momento em que, conforme indicam essas produções, o ensino secundário público mineiro estava em momento de consolidação, com a instalação de instituições de ensino em diferentes cidades e, sobretudo no início do século passado, com um movimento de reformas na educação pública em nível estadual. Portanto, os indícios apresentados por essas teses e dissertações são parcos no que se refere ao período entre os anos de 1930 e 1970.

Para esta etapa do texto foram selecionadas quatro produções (duas teses e duas dissertações) que abordam aspectos relacionados ao ensino secundário mineiro. No conjunto, tais produções desenvolvem temáticas ligadas à História das Disciplinas Escolares ou à História das Instituições Escolares. Entre elas, apenas a dissertação de Kellen Cristina Costa Alves Bernardelli (2007), produzida no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia apresenta um panorama do cenário político-educacional no período que compreende entre 1928 e 1942. Portanto, está dissertação constituir-se-á na referência para esta etapa do texto. A referida dissertação visa reconstituir a história e a memória da gênese e consolidação do Liceu de Uberlândia entre 1928 e 1942. Em seu segundo capítulo, dedica-se a analisar o panorama histórico, político e educacional do país, do estado de Minas Gerais e da cidade de Uberlândia nesse naquele período.

A autora descreve Minas Gerais nesse período como um estado agrário, contando com pequenas cidades distribuídas ao longo do seu vasto território (BERNARDELLI, 2007, p.81). Observando as diferenças regionais entre as sete zonas que compõe o estado mineiro, o texto da autora indica que não havia uma unidade econômica no estado e que, por exemplo, a região do Triângulo Mineiro “se comportava como se pertencesse a São Paulo e não a Minas” (2007, p.101).

Com uma população estimada em 5.888.174 em 1920, Minas possuía um percentual de 79,33% de analfabetos, sendo que esse percentual subia para 84,35% quando considerada apenas a população com idade entre 7 a 14 anos (BERNARDELLI, 2007, p.94). Estas altas taxas de analfabetismo não eram exclusividade do estado de Minas Gerais e podiam ser verificados igualmente em praticamente todos os estados brasileiros. Em função desse quadro é que a autora indica que o ensino público, leigo e gratuito era visto pelos políticos, tanto mineiros quanto de outros estados, como forma de superar esse quadro de atraso e promover uma alteração na sociedade em direção à modernidade civilizadora. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade garantiria o progresso econômico (preparação de trabalhadores especializados) e a participação controlada na esfera política (por meio do voto).

Chaves Junior (2010, p.145) aponta, com base em Peixoto (1991, p.101), que entre 1926 e 1930 verifica-se uma evolução significativa no número de estabelecimentos de ensino público em Minas Gerais. De 2.117 unidades de Ensino Primário em 1926 passou-se a 5.926 em 1930. Enquanto as unidades de Ensino Secundário – Ginásio somavam 2 em 1926 passou-se a 6 em 1930. Ao mesmo tempo as instituições de Ensino Normal saltaram de 2 em 1926 para 21 em 1930. Esses dados

indicam que as bases de demanda da expansão pretendida para o ensino público mineiro concentravam-se nos primeiros anos de escolarização e na formação de professores. O baixo número de unidades de ensino secundário (ginásios) conforme Peixoto (1987) explica-se pois essa modalidade estava concentrada na iniciativa privada (muitas vezes subvencionada pelo Estado). Assim, a autora indica que, entre 1930 e 1935, 83% das unidades de ensino secundário, no curso fundamental eram privadas e responsáveis por 80% das matrículas neste nível de ensino. (PEIXOTO, 1987 *apud* BERNARDELLI, 2007, p.86).

Conforme Bernardelli (2007), referindo-se ao Liceu de Uberlândia, aponta que em 1929, quando da instalação do ginásio Mineiro de Uberabinha, aquela instituição fechou seu curso de ensino secundário e manteve somente o primário, pois “o município não comportava duas escolas com essa modalidade de ensino” (p.86). Essa informação reforça que o ensino secundário era uma modalidade que não atingia a maioria da população escolar, e o fato de estar concentrada em instituições particulares pode indicar que sua destinação era mais voltada para parcelas da população detentoras de capital econômico capaz de pagar pelos estudos secundários.

Sobre as questões políticas relativas a Minas Gerais, Bernardelli indica que:

Minas ao longo da história sempre se mostrou hábil para se adaptar às novas situações de poder, ora a passagem do Império para a República, ora República para o Estado Novo. Os mineiros eram reconhecidos pelo seu conservadorismo e forte senso de lugar. Tais características eram moldadas na família, nas escolas secundárias e faculdades. (BERNARDELLI, 2007, p.102)

Aliada a essa capacidade adaptativa as diferentes configurações políticas nacionais, o estado contava com uma forte unidade política, constituída em torno de uma elite caracterizada por agentes com múltiplas funções, que exerciam concomitantemente cargos como médico, por exemplo, eram proprietários de terras (ou herdeiros delas) e atuavam na política. Essa unidade política de Minas Gerais constituía-se em moeda de barganha entre o estado e o governo federal, pois em troca de apoio, a União concedia, por exemplo, favores econômicos ao estado mineiro. (BERNARDELLI, 2007, p.102)

A homogeneidade política apresentada pela elite política mineira representava, assim, uma estratégia desse grupo para a realização de seus interesses, estabelecendo uma relação de trocas com o poder central, onde, ao passo que ajudavam a conferir legitimidade aos regimes políticos instalados a nível nacional, se beneficiavam dessa condição obtendo participação nas mais diversas instâncias governamentais e obtendo, em função disso, a satisfação de necessidades, tais como, a concessão de financiamentos e a realização de obras públicas. Exemplo dessa situação, pode-se citar a posição ocupada por Francisco Campos como ministro do Ministério de Educação e Saúde Pública, criado em 1930, quando da instalação de Getúlio Vargas no governo central. Campos já havia participado como responsável por reformas na educação pública mineira, na esfera estadual, e em função dos arranjos políticos daquele momento histórico, e na conjuntura acima mencionada, ocupa o cargo de ministro de governo e implementa a chamada Reforma Francisco Campos (1931).

Analisando as reformas empreendidas por Francisco Campos no governo estadual mineiro, em 1926, e em nível nacional, à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1931, aponta que há contrapontos nas duas reformas, evidenciando uma mudança de postura do reformador quando este transita da atuação na esfera estadual para a federal. Assim, conforme Bernardelli, “percebemos que o reformador trabalhou segundo os interesses de cada governo” (2007, p.113). Esta afirmação pode indicar que a atuação de Francisco Campos podia pautar-se mais conforme interesses políticos localizados no âmbito de cada governo do que por suas reais convicções pedagógicas.

Especificamente sobre o ensino secundário em Minas Gerais a partir de 1930 a dissertação de Bernardelli (2007) não apresenta vestígios quanto a questões políticas. A autora apresenta o

panorama geral das reformas empreendidas por Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942) e aponta algumas considerações sobre o Liceu de Uberlândia.

3. Considerações parciais

Ciente dos limites do estudo pretendido, e por conseguinte, desse texto, buscou-se considerar algumas reflexões parciais acerca do exercício empreendido de se buscar indícios dos fatores políticos que marcaram a expansão do ensino secundário no sul de Mato Grosso e Minas Gerais. Ressalta-se que tais produções não tiveram como objeto de suas investigações os fatores políticos relativos ao ensino secundário em Minas Gerais ou no sul de Mato Grosso e nem se enquadram exatamente no período temporal do estudo aqui empreendido.

Entre as décadas que se seguiram a 1930, até 1970, o ensino secundário público passou por uma série de reformas que, em nível nacional, buscaram conferir a esta modalidade de ensino um caráter centralizado, impondo por, exemplo, um currículo unificado, um rigoroso sistema de inspeção e avaliação, e um seletivo processo de admissão. O objetivo do governo Vargas era o de controlar e centralizar a expansão do ensino público, conforme os objetivos pretendidos para o desenvolvimento do país naquele momento, ou seja, de inserção no mundo urbano-industrial característico daquela fase do capital. Era preciso, entre outros fatores, garantir uma unidade cultural em torno deste projeto, em cujo papel do ensino escolar era preponderante.

Apesar dessa centralidade pretendida, e a partir dos indícios localizados nas produções acadêmicas analisadas ao longo do estudo, pode-se apontar que houve diferenças na forma como o ensino secundário público apareceu na pauta política dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso, o que pode ter influenciado na forma como esta modalidade de ensino se expandiu nos dois estados (no caso de Mato Grosso, na sua parte sul).

No que tange ao sul de Mato Grosso, sobretudo o estudo conjunto das produções acadêmicas e o livro de Marcílio (1963), permitem verificar que as disputas entre os grupos políticos ligados ao norte (onde se localizava a capital Cuiabá) e os grupos políticos ligados a elite pecuária do sul (que tinham na cidade de Campo Grande sua principal expressão urbana) interferiram nos investimentos e na expansão da escolarização pública ao sul do estado, pois a maior parte dos investimentos concentravam-se ao norte.

Outra questão que se pode levantar, embora não apareça nas produções analisadas, é o fato de que a elite política do sul de Mato Grosso apoiou o estado de São Paulo no movimento chamado de Revolução Constitucionalista (ocorrido em 1932) e que pretendia derrubar Getúlio Vargas do poder, ao passo que o governo estadual posicionou-se a favor de Vargas (BITTAR, 2009). Tendo sido derrotado o movimento liderado por São Paulo, pode-se assim questionar sobre que consequências políticas esse evento histórico teve para o sul de Mato Grosso, e conseqüentemente para o processo de escolarização secundária nesta região.

Sobre Minas Gerais, nota-se em Bernardelli (2007) a indicação de que havia naquele estado uma homogeneidade política, o que se convertia em estratégia para a negociação de benefícios ao estado em troca do seu apoio ao governo central. Aliado a esse fato, a aliança entre os mineiros e os gaúchos na campanha presidencial de 1930 e, posteriormente, no movimento armado que instalou o governo Vargas, a denominada Revolução de 1930, pode ser indício de que este apoio se converteu em vantagens para a expansão do ensino secundário em Minas Gerais, como por exemplo, com o investimento na construção de novos prédios escolares. A presença de Francisco Campos como ministro do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1931 e de Gustavo Capanema como ministro desse mesmo ministério em 1942, ambos políticos oriundos de Minas Gerais e ambos responsáveis por reformas educacionais em âmbito nacional, são indícios também da presença política mineira nos quadros do primeiro escalão do governo Vargas. Esse indício conduz a refletir sobre como a expansão do ensino secundário em Minas Gerais naquele momento histórico foi influenciada por essa conjuntura política.

Em última análise, o exercício foi o de buscar nas produções selecionadas e analisadas para este ensaio de comparação os vestígios, muitas vezes implícitos, das relações políticas que determinaram a forma como essa modalidade de ensino se expandiu nos respectivos estados mostrou-se árduo. Esse limite, de buscar indícios que não constituíam objetivo e nem objeto das produções analisadas, constitui-se extremamente difícil, tornou o exercício empreendido, até o momento, parcial e limitado, e obviamente necessitará ser aprofundado futuramente para não incorrer numa análise superficial do que se propôs como objetivo deste estudo.

Referências bibliográficas

BERNARDELLI, Kellen Cristina Costa Alves. **História e memória do Liceu Uberlândia, MG-1928 a 1942**. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2007.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil:**

Corumbá (1930-1954). 372p. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação e Saúde do Estado, 1963.

NÓVOA, António. Modelos de análise de educação comparada: o campo e o mapa. In: SOUZA, Donaldo

Bello de; MARTÍNEZ, Silvia Alicia (orgs). **Educação Comparada: rotas de além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **Implantação e organização do curso ginasial no sul de Mato Grosso: expressões de um projeto de modernização (1917-1942)**. 283f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional**. Ensaio FEE, Porto Alegre. 12(1):265-271.1991